



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG)

Secretaria Executiva

CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL (CNR)

Ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 06 de maio de 2022

Em 06 de maio de 2022, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Normativa e Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram a Presidente suplente Renata Batista Ribeiro, representante da Semad e os seguintes membros titulares e suplentes.

Representantes do Poder Público Estadual: Verônica Ildefonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Lucas Marques Trindade, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Lorena Gonçalves Brito, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Rafael Augusto Fiorine, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Josélia Maria e Souza Almeida, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra).

Representantes do Poder Público Municipal: Antônio Geraldo de Oliveira, da Prefeitura Municipal de Patrocínio; Eduardo Tavares, Prefeitura de Belo Horizonte; Paola de Oliveira Silva, da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara.

Representantes dos Usuários de Recursos Hídricos: Denise Bernardes Couto, da Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Henrique Damásio Soares, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Nélon Cunha Guimarães, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Jadir Silva de Oliveira, da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig).

Representantes da Sociedade Civil: Helena Lúcia Menezes Ferreira, do Conselho Regional de Biologia (CRBio-04); Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas; Armando Gallo Yahn Filho, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea); Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias - ICA, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, campus Montes Claros.

1) ABERTURA: Cumprimentando todos os conselheiros e conselheiras presentes, a equipe de apoio, os técnicos que participam da

reunião e os que nos acompanham pelo YouTube, a presidente suplente Renata Batista Ribeiro, constatado o quórum regimental pela Secretaria Executiva, declarou aberta a 8ª reunião extraordinária da Câmara Normativa e Recursal do CERH-MG. Na sequência informa sobre a exibição de 2 (dois) vídeos institucionais acerca da Política da Fauna em Minas Gerais. **Exibição dos vídeos institucionais.**

2) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS: Presidente suplente Renata Batista Ribeiro: “Gostaria de saber se algum conselheiro tem alguma manifestação nesse item da pauta?” Conselheiro Henrique Damásio Soares (Faemg): “Obrigado pela oportunidade, Presidente. Gostaria de fazer uma pergunta para vocês do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, na reunião ordinária aprovamos a Deliberação Normativa, as alterações em relação a outorga, alguns parâmetros. Tenho acompanhado no Diário Oficial, mas eu não sei se “comi mosca”, gostaria de saber se foi publicado, porque tivemos uma situação da expectativa de publicação e não consegui visualizar no Diário Oficial do Estado ainda, gostaria de saber do Igam”. Presidente suplente Renata Batista Ribeiro: “Ainda não foi publicado, vai ser publicado no decorrer da próxima semana”. Conselheiro Henrique Damásio Soares (Faemg): “Obrigado”. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo (Instituto Guaicuy): “Considerando a convocação ontem de uma reunião conjunta extraordinária que envolve esta Câmara, que fosse enviado aos conselheiros o que embasou, a justificativa, porque é só um item de pauta, e que enviasse junto com a minuta, os documentos que embasaram, a razão dessa minuta”. Presidente suplente Renata Batista Ribeiro: “Vamos pedir para ser incluído, conselheira”. Thiago Figueiredo Santana (Igam): “Explicando uma parte solicitação da conselheira Maria Tereza, a reunião é conjunta e respeita o prazo regimental de ambos os Conselhos dentro do prazo de convocação, por motivo de ser primeira reunião esse ano, não há um calendário que aprove a ocorrência de reuniões ordinárias. Então, esse é o motivo da reunião conjunta em nível de prazo, quanto à questão de documentação do material do item em pauta que é de competência de ambos os Conselhos, eles serão informados por e-mail, conselheira”. Vânia Mara de Souza Sarmento (Semad): “Boa tarde a todos. A Câmara Normativa Recursal (CNR) do CERH-MG é uma Câmara nova e quando se trata de reunião conjunta não temos uma agenda previamente definida, a reunião extraordinária entre as Unidades Colegiadas seja do mesmo Conselho ou de Conselhos diferentes, acontece por demanda. Nesse caso, trata-se de uma Deliberação Normativa que é examinada e deliberada pelos dois Conselhos, ou seja, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais e o Conselho Estadual de Política Ambiental, por isso o motivo da

convocação dos dois Conselhos. Era só isso, Senhora Presidente, que tinha para explicar, obrigada”. **3. Exame da Ata da 6ª RO de 18/02/2022.** Maria Teresa Viana de Freitas Corujo (Instituto Guaicuy): “Tenho algumas revisões no texto, até gostaria de saber se nas próximas vezes podemos enviar antes, mas de qualquer forma teria que ser trazido aqui na aprovação da ata. Então, vou falando e a Assessoria vai acompanhando na ata, nas linhas 44 a 47 a redação adequada seria ‘Eu recebi por e-mail no dia 14 de fevereiro, uma resposta a demanda feita por mim na reunião anterior, que tinha a ver com o pedido da relação de outorgas que foram concedidas no ano de 2021. Só queria então compartilhar para conhecimento’. Ficou claro?” Vânia Mara de Souza Sarmento (Semad): “Conselheira, ficou claro. Vamos registrar todas as solicitações da senhora, como está e como seria de fato para constar em ata e como temos outras colocações, vamos registrar aqui e depois vamos escutar o áudio novamente e fazer as atualizações”. Maria Teresa Viana de Freitas Corujo (Instituto Guaicuy): “Acho melhor. Vou lendo o que anotei e depois encaminho essas anotações por e-mail para facilitar. Linha 50: ‘a relação das que foram autorizadas em 2021,’; linha 52 e 53: ‘Planejamento e Regulação. Que geralmente em todo o primeiro trimestre, o Igam inicia o tratamento de dados das outorgas do ano anterior’; na linha 55 ‘E o que eu quero trazer aqui, diante desse retorno, é: primeiro’; linha 56 ‘que não se tem acesso’; linha 58 ‘são todas informatizadas, através da auto informação’; linha 59 ‘concessões, não se tem acesso’; linha 60 ‘outorgas e feitas análises’; linha 79 ‘águas que estão chegando nos cursos d’água e o’; linha 80 ‘significar para a saúde humana. É’; linha 139 ‘usuário, qualquer um que seja. Ele precisa’; linha 143 ‘dados que a equipe do Igam e do Estado informaram que existem sim’; linha 144 ‘Então é está havendo, um ato lesivo de acesso à informação’; linha 161 ‘diária, com o próprio retorno dado pelo IGAM’; linha 166 ‘E, como o promotor falou,’; linha 923 ‘se estipula um prazo’; linha 933 ‘alteração do enquadramento. E por último, no artigo dezoito’; linha 938 ‘diferenciação. Porquê? Como’; linhas 955 e 956 ‘dispensa dessa obrigação, alegando aqui que “se verificada a inexistência de 955 conexão adequada”’; linha 956 ‘Nós entendemos que,’; linha 1209 ‘Aí vai depender muito da’; linha 1218 ‘meu ver, foi nesse sentido’; linha 1219 ‘exemplo, na DN sobre as questões ligadas a comunicado’; linha 1220 ‘está “audiência pública, são 45 dias corridos. É por causa’; linha 1261 ‘uma questão tanto como se fosse um leilão, dá mais, dá menos’; linha 1267 ‘coloco um prazo, eu considere que 30 dias’; linha 1270 ‘enquadramento, tenham possibilidade de participar’”. Denise Bernardes Couto (Fiemg): “Boa tarde a todos. Bom, a minha alteração é muito pequena, Renata. É na linha 2023 em uma frase minha foi colocado

“fique prejudicada” e seria “não fiquei prejudicada”, obrigada”. Nélson Cunha Guimarães (Copasa): “Também é uma pequena observação, na linha 2004 é tem uma fala minha “nós temos uma preocupação é com poços está escrito aluviáreis e correto é “aluvionares”, somente essa correção”. Helena Lúcia Menezes Ferreira (CRBio-04): “Linha 673 “no momento o que você está propondo é desmembrar o parágrafo 8º e criar um novo parágrafo e vão desmembrar considerando a votação anterior o parágrafo 8º ficaria assim, de consórcios públicos municipais”. Então, como é que ficam as associações? ” Me desculpem, mas da linha 677 até a 679 nem eu compreendi o que está escrito: ‘Não, não à parte que nós estamos desmembrando, sendo vedado isso aí. Eu, Band, que a proposta é verdade. Os municípios, eu me refiro à primeira frase do parágrafo oitavo’ não entendi nada disso e para mim não há necessidade, porque o que foi dito anteriormente é suficiente, obrigada”. Vânia Mara de Souza Sarmiento (Semad): “Vamos suprimir essa parte então, conselheira”. Presidente suplente Renata Batista Ribeiro: “Ok, vamos fazer as alterações indicadas aqui”. VOTOS FAVORÁVEIS: Segov; MPMG; Seapa; Sede; Seinfra; Prefeitura de Belo Horizonte; Prefeitura de Santa Bárbara; Fiemg; Faemg; Ibram; Copasa; CRBio-04; Instituto Guaicuy; UFU; Crea-MG; Ica-UFMG. AUSENTE NO MOMENTO: Prefeitura de Patrocínio; Prefeitura de São João do Manteninha; Prefeitura de Viçosa; Siamig. **4. Processo Administrativo para exame de Recurso de decisão de Outorga de direito de uso de recursos hídricos**: 4.1 Paraopeba Participações Ltda./Fazenda HZ-02 - Curvelo/MG - Arquivamento do Processo de Outorga nº 04961/2018 - SEI/Nº 1370.01.0047721/2020-63. Apresentação: Igam/Unidade Regional de Gestão das Águas Central Metropolitana - Urga/CM e Igam/Núcleo de Auto de Infração. Presidente suplente Renata Batista Ribeiro: “Além do retorno de vistas, algum conselheiro tem algum destaque ou manifestação? Não? Então podemos começar as manifestações das vistas”. Denise Bernardes Couto (Fiemg): “Bom, o nosso relato de vista foi apresentado mas cabe dizer que foi feito relato conjunto de Fiemg, Ibram, Faemg, Siamig e Crea. Em resumo, esse processo tem relação com o não conhecimento do pedido de reconsideração apresentado pela empresa anteriormente, esse não conhecimento do pedido de reconsideração ele tem a ver pelo fato do contrato social da empresa não ter sido apresentado no momento da entrada, vamos assim, do pedido de reconsideração. Dessa forma, dizendo que se encontraria sendo invocada a aplicação do artigo 36, inciso VIII do Decreto nº 47.705 de 2019, destacamos que não foi oportunizada, não foi dada a oportunidade de fazer uma Emenda a pedido de reconsideração e, temos que dizer que no momento da interposição do recurso, esse vício foi sanado uma vez que

ele é um vício formal e o contrato social da empresa foi apresentado no momento do recurso, o pedido de outorga dessa fazenda foi formalizado em 20 de junho de 2018 e foi instruído com toda a documentação pertinente e em 20 de outubro de 2020, foi apresentado um parecer técnico do órgão ambiental solicitando que fosse complementado o projeto de irrigação, ou seja, que fosse apresentada planilha para mostrar suas necessidades mensais de água para irrigação no empreendimento. Essas informações foram apresentadas, no caso, em pedido de reconsideração para serem analisados pelo órgão ambiental, mas acabaram que não foram analisadas justamente pela questão formal como mencionei aqui, que foi a não apresentação do contrato social da empresa. Então, o processo permaneceu em análise no Igam, tramitando lá dentro, a parte técnica foi analisada e, por parte da empresa apresentou o projeto de irrigação como informação complementar, o que foi prontamente atendido, mas o único problema vamos dizer assim foi a questão da não apresentação do contrato social que não foi disponibilizado no momento do pedido de reconsideração, mas foi disponibilizado quando a empresa já entrou com recurso administrativo da decisão anterior, sabemos pela legislação que a razão de não se conhecer o pedido de reconsideração é para que justamente não sejam gastas horas técnicas dos servidores, analisando um processo que não esteja devidamente instruída e que não possa continuar mas esse não é o caso porque o processo ele foi analisado, a equipe técnica se debruçou em cima dele mas o que aconteceu é que formalmente, o único formalmente que aconteceu foi que não foi apresentado o contrato social da empresa que de certa forma não impediria em nada, não alteraria em nada, claro que é um documento necessário ao processo mas é um documento que não alteraria em nada à análise do processo. Diante disso, como mencionei o contrato social ele foi apresentado posteriormente e o que não prejudicaria em nada à análise do processo da empresa. Temos que entender, temos que falar que como mencionei, esse foi apenas um vício formal passível de ser sanado, como foi sanado com a apresentação da documentação dessa documentação e, um exemplo que podemos citar de um caso similar, foi na Supram Alto São Francisco, o problema teve uma solução diferente lá porque a Supram pediu, intimou o empreendedor que ele simplesmente emendasse a defesa administrativa dele, que ele tinha feito anteriormente em virtude do processo e juntar-se o seu contrato social ali, foi através do ofício NAI - DCP Supram ASF - 922/2020, então a supram pediu para que houvesse essa emenda e o contrato fosse apresentado, dessa forma que foi feito, então o que queremos dizer aqui no caso, devemos e queremos evitar uma discussão que possa ofender o

artigo 37 do Decreto nº 47.705 que foi invocado pelo órgão ambiental mas o recurso complementou o processo com a apresentação dessa documentação que como se diz, o contrato social que era o requisito formal que não tinha sido feito lá atrás e o processo totalmente hábil à ser analisado, a não ser por esse elemento e que já foi sanado aqui. Dessa forma, entendemos que a apresentação agora no recurso do contrato social - que não prejudica em nada à análise técnica do processo - foi feita, sanou o vício formal e assim sendo, somos pelo deferimento do recurso do empreendedor para que o pedido de reconsideração seja conhecido e o processo retorne à Urga responsável, competente para poder continuar com a análise dele lá dentro. Obrigada”. Presidente suplente Renata Batista Ribeiro: “Passo a palavra para a Thayná do Igam que vai fazer a manifestação da área técnica”. Thayná Silva Campos (Igam): “Boa tarde, Presidente e Conselheiros. Realizei o parecer desse processo de outorga, queria deixar para os pontos colocados pela conselheira Denise que primeiro, o ofício apresentado dado nível de autos de infração da Supram Alto São Francisco está de acordo com o Decreto nº 44.844 de 2008, que é um Decreto hoje em dia revogado e a outorga tem um Decreto próprio, o Decreto 47.705 de 2019 e que foi utilizado na análise desse pedido de reconsideração e desse recurso. Queria deixar claro que, no Decreto nº 47.705 de 2019 tem no artigo 35, § 1º, deixa bem claro que protocolado o pedido de reconsideração ter se consumado o ato não se admitindo emendas. Então, o Decreto é bem claro no sentido de que não se pode dar essa oportunidade para o empreendedor, porque não se admite Emendas, a administração pública está pautada pelo princípio da legalidade, ela tem que obedecer aos mandamentos da Lei, então temos que respeitar o que está no Decreto 47.705 de 2019, que está bem claro que não admite Emendas e não deferir o recurso nesse sentido. Só queria demonstrar que o pedido de reconsideração ele tem os documentos que estão necessários para sua apresentação, o que não foi atendido pelo empreendedor e ele apresentou o contrato social só no recurso, não no pedido de reconsideração, esse vício não é sanado no recurso porque a solicitação é no pedido de reconsideração e não se admite em Emendas, então não há que se falar em vício sanado nesse caso e assim, o próprio recurso também não se admite Emendas, portanto é muito complicado ir pelo deferimento do recurso sendo que o Decreto é claro na questão de não se admitir Emendas. Estou à disposição para qualquer dúvida que vocês tiverem”. Henrique Damasio Soares (Faemg): “Fizemos este relato em conjunto e foi muito bem explicado pela Doutora Denise, até parabênzimo porque ela conseguiu construir uma linha de raciocínio muito interessante e clara para todos aqui do Conselho e entendo que existe essa posituação

legal, mas um simples contrato social gerar um dano em um processo que está protocolado em 2018 para uma irrigação, uma atividade em geração de alimento, o produtor produz alimento e, também considero que isso não seja uma Emenda em si apresentada e também acho que esse Decreto precisa ser revisto urgente, porque não é possível que esse Decreto cerceia o direito da ampla defesa e do contraditório, sabemos das limitações legais mas não entendo aqui acatar esse recurso, esse deferimento do recurso estaria contrariando o mencionado dispositivo legal que a representante do Igam e, a partir do momento que em sede de recursos ele apresentou o contrato social, está com a documentação em dia, a Federação da Agricultura fica muito preocupada com essas demoras nas análises das outorgas e gostaria até de uma a parte, outra reunião com pessoal do Igam, porque o uso da água na agricultura é fundamental e com essa situação, vamos levar o agricultor à ilegalidade. Também reforço aqui que, não considero isso como Emenda e sim, uma simples apresentação de documento, essa é a manifestação. Presidente suplente Renata Batista Ribeiro: “Obrigada, Conselheiro Henrique. Gostaria de reforçar que estamos à disposição aqui no Igam, como sempre tivemos para ouvi-los, para sempre tentar melhorar nosso processo, então estamos à disposição para conversar sobre isso ou assunto que vocês entenderem pertinente. Mais algum Conselheiro? Temos um inscrito, Sr. Pablo Henrique. A palavra está com o Senhor”. Pablo Henrique de Oliveira (inscrito): “Boa tarde, Senhora Presidente em nome de quem cumprimento todos os demais conselheiros. O relatório feito pela conselheira Denise já resume boa parte do que eu tinha para dizer, então vou resumir essa sustentação oral com alguns pontos brevíssimos. A Thayná Campos do Igam invocou o dispositivo - artigo 35, § 2º, se não me engano, do Decreto nº 47.705 - dizendo que não se admite emenda nesse tipo de procedimento, nesse tipo de recurso ou pedido de reconsideração. Se nós formos analisar o Decreto pela literalidade, que nem sempre é o melhor método, a apresentação do contrato social é a apresentação de documento, não é emenda. Emenda é um conceito técnico dentro do processo civil e é um complemento dos argumentos deduzidos em petição por ordem daquele que julga, seja um juiz no judiciário, seja um conselheiro, que no caso, seja o relator e a apresentação de documento é só apresentação de documento. Sempre quando, a respeito do Princípio da Legalidade, legalidade nunca pode ser interpretada como sinônimo de literalidade, são coisas absolutamente distintas, o direito possui múltiplas fontes e toda a lei precisa ser interpretada, a Interpretação da lei no Direito Administrativo com quanto ela seja mais estreita realmente, mais próxima da literalidade ela deve partir quando se cuida de procedimento

administrativo de uma distinção elementar entre vícios sanáveis e vícios que são insanáveis. Os vícios sanáveis devem ser simplesmente sanados para que todos os atos procedimentais legítimos possam ser aproveitados ou em bom português, para que não se joga o procedimento e o trabalho de muita gente no lixo por causa de um pormenor. Então, nós defendemos em primeiro lugar que isso não é uma emenda, é uma mera apresentação de documento, o procedimento como bem explanado pela conselheira Denise, tramita desde 2018, do ponto de vista do mérito ele já foi examinado, não há mais nenhum óbice a ser ultrapassado e toda a questão se resume a saber se pode ou não. Então, contrato social, algum tempo depois, o vício é sanável e sendo sanável, *pas de nullité sans grief*, não há nulidade onde não existe prejuízo. Então, nós pedimos que seja conhecido o pedido de reconsideração e recurso interposto pela empresa. Agradeço a atenção de todos, desejo uma boa tarde”. Denise Bernardes Couto (Fiemg): “Presidente, gostaria de fazer mais uma pequena manifestação, conforme mencionado pelo representante da empresa, trata-se apenas de um vício formal totalmente sanável, uma vez que o contrato social não é um elemento que seria estritamente - não falo que ele não seja necessário, como eu disse antes que não seja necessária a instrução do processo - mas ele não é necessário à análise técnica do processo, vamos falar assim, não seria um elemento primordial ali, não é a mesma coisa de você não apresentar informações complementares que fossem solicitadas ou maiores dados técnicos, tanto que estes foram solicitados e foram devidamente apresentados pelo empreendedor possibilitando a análise do órgão ambiental, no caso do Igam. Então, também temos que lembrar apesar do princípio da legalidade, mas também temos que lembrar do princípio da eficiência que é um outro princípio a ser seguido pela administração pública, então não dá para corroborar um ato desse de tentar destituir esse direito do Empreendedor, talvez, de ter o seu processo devidamente analisado em virtude da não apresentação de um contrato social que posteriormente foi juntado aos autos, isso não demonstra eficiência do órgão, não é eficiente o órgão justamente por causa disso, deste motivo fazer o empreendedor entrar com novo processo, novo pedido de outorga, nova apresentação de estudos e outros dados demais, o que já foi feito e já foi devidamente analisado. Então, também é a transgressão ao princípio da eficiência, princípios esse que também deve ser seguido pelos entes da administração pública. VOTOS FAVORÁVEIS: Segov; Sede; Seinfra; Instituto Guaicuy; Ica-UFMG. VOTOS CONTRÁRIOS: Seapa; Prefeitura de Belo Horizonte; Prefeitura de Santa Bárbara; Fiemg; Faemg; Ibram; Copasa; Siamig; CRBio-04; Ufu; Crea-MG. Justificativa Lorena Golçalves Brito

(Seapa): “Por entender que é um vício sanável”. Justificativa Eduardo Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): “As mesmas justificativas apresentadas no relatório da Fiemg”. Justificativa Paola Oliveira Silva (Prefeitura de Santa Bárbara): “ Por também acreditar que é vício sanável e não justificável de arquivamento”. Justificativa Denise Bernardes Couto (Fiemg): “Pelas razões já expostas no relato de vista”. Justificativa Henrique Damásio Soares (Faemg): “Em virtude das razões apresentadas no relato de vista”. Justificativa João Carlos de Melo (Ibram): “Primeiro, pela participação de vistas conjunta e segundo, por acreditar piamente que tudo isso já tinha sido resolvido, ou seja, o próprio processo, o próprio projeto de irrigação como um todo é a parte mais clara por se dar um projeto, processo como esse. Acredito que isso deve ser revisto, deve quando possível, deve ser interpretado de outra forma, obrigado”. Justificativa Nelson Cunha Guimarães (Copasa): “Em função dos motivos do relato de vistas da Fiemg, considerando que vício formado sanado”. Justificativa Jadir Silva de Oliveira (Siamig): “Conforme nosso parecer de vista apresentado”. Justificativa Helena Lúcia Menezes Ferreira (CRBio-04): “Em concordância com o relato que foi apresentado”. Justificativa Armando Gaão Yahn Filho (UFU): “Conforme as justificativas do relatório de vista apresentado, sendo vício sanado”. Justificativa Rayssa Cordeiro Figueiredo (Crea-MG): “Como feito no nosso parecer de vistas”. Ausentes, no momento da votação: MPMG; Prefeitura do Patrocínio; Prefeitura de São João do Manteninha; Prefeitura de Viçosa. Presidente suplente Renata Batista Ribeiro: **“RECURSO PROVIDO, contrário ao parecer do Igam.** Sendo 5 (cinco) votos favoráveis ao parecer do Igam, 11 (onze) votos contrários ao parecer do Igam e 4 (quatro) ausências no momento da votação.”. Passamos para o próximo item. **5. Processo Administrativo para exame de Recurso de decisão sobre valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos:** 5.1 Superintendência de Água e Esgoto (SAE Araguari) - Araguari/MG - Imunidade tributária e prescrição administrativa - SEI/Nº 2240.01.0001874/2018-62. Apresentação: Igam/Gerencia de Instrumentos Econômicos de Gestão - Gecon. Camila Cândida Zanon Gomes (Gerente Gecon/Igam): “Boa tarde, gente. Nesse ponto de pauta acho que a fala do Igam tem que ser mais um apanhado do processo, essa era oportunidade para o usuário, o requerente se manifestar quanto ao recurso que ele teve improvido, mas parece que até o momento ele não teve inscrição. Poderia confirmar para mim se ele não foi escrito mesmo”? Presidente suplente Renata Batista Ribeiro: “Pergunto a Secretaria Executiva se temos inscritos para este item? Não temos inscritos. Algum conselheiro quer se manifestar, tem alguma ponderação a fazer? Não, ok”. Votos Favoráveis: Segov; Seapa; Sede; Seinfra; Prefeitura de Belo

Horizonte; Prefeitura de Santa Bárbara; Copasa; Siamig; CRBio-04; Instituto Guaicuy; UFU; Crea-MG; ICA-UFMG. Votos Contrários: Fiemg; Faemg; Igam. Justificativa Denise Bernardes Couto (Fiemg): “Pelas argumentações apresentadas no recurso, para mim restou demonstrado que a prescrição do direito de cobrar esses últimos anos por parte do Igam”. Justificativa Henrique Damásio Soares (Faemg): “Pelas mesmas alegações dispostas pela conselheira Denise”. Justificativa João Carlos de Melo (Ibram): “Pelos mesmos motivos já expostos pelos dois conselheiros anteriores”. Ausentes, no momento da votação: MPMG; Prefeitura do Patrocínio; Prefeitura de São João do Manteninha; Prefeitura de Viçosa. Presidente Renata Batista Ribeiro: **“RECURSO NÃO PROVIDO”**. Sendo 13 (treze) votos favoráveis ao parecer do Igam, 3 (três) votos contrários ao parecer do Igam e 4 (quatro) ausências, no momento da votação. **6. Assuntos gerais.** Presidente suplente Renata Batista Ribeiro: “Temos uma informação para passar que, não vai haver a reunião do dia 20 que estava prevista no calendário, em razão desta extraordinária e da reunião conjunta da CNR do Copam e do CERH-MG, a ser realizada no dia 13 deste mês. **7. Encerramento.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a Presidente suplente Renata Batista Ribeiro declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Renata Batista Ribeiro

Presidente suplente da Câmara Normativa e Recursal do CERH-MG